

Da paz e da guerra em pensadores portugueses do século XX

Peace and war in 20th century portuguese thinkers

MANUEL GAMA¹
mrcgama@ilch.uminho.pt

Não é comum encontrar discursos a defender abertamente a guerra, mas esta tem sido uma das principais “pestes” ao longo da história. Perante este dado, é legítimo lançar-se um “porquê?” geral, antropológico, e um “porquê?” mais cultural. Eis duas das dimensões do mesmo problema, sobre as quais nos debruçaremos, realçando fundamentalmente algumas linhas do pensamento português durante o período do século XX.

It is not common to find discourses openly defending war, but it has been one of the main "plagues" throughout history. Given this fact, it is legitimate to launch a general, anthropological “why?” and a more cultural “why?”. These are two of the dimensions of the same problem, which we will address, fundamentally highlighting some lines of portuguese thought during the 20th century.

Palavras-chave / Keywords: Paz/Peace; Guerra/War; Konrad Lorenz; Sampaio Bruno; P. Soares Martínez; Jorge Miranda; J. Veríssimo Serrão; D. José Policarpo; F. Gama Cairo.

1

Há dois temas sobre os quais, a ser feita uma auscultação pública, o resultado seria facilmente expetável: “quer ser feliz ou infeliz?”; “quer viver em paz ou em guerra?” Apesar disso, muita gente sofre a infelicidade, para a qual, eventualmente, contribuiu. Por seu lado, para a maioria dos casos de guerras, podemos dizer que as pessoas – salvo pequenas exceções – não foram tidas nem achadas. Estudiosos e bem informados esclarecem que não haverá nenhum general que queira ir para a guerra.² Aquilo a que vulgarmente se denomina de “senhores da guerra” são, nas suas referências, apenas alguns civis (governantes, embaixadores, negociantes de armas...).

Não é comum encontrar discursos a defender abertamente a guerra, mas esta tem sido uma das principais “pestes” ao longo da história. Perante este dado, é legítimo lançar-se um “porquê?”, quer enfocando a perspectiva da natureza do ser humano, quer tomando em conta as culturas. Eis duas das dimensões do mesmo problema, à volta das quais nos debruçaremos seguidamente, enfatizando algumas linhas do pensar português, durante o período do século XX, tecendo, antes, breve consideração de caráter antropológico.

2

¹ Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos e Departamento de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Braga, Portugal.

² Afirmção de Fernando Carvalho Rodrigues, que foi diretor do Programa de Ciência da NATO, sediado em Bruxelas, entre 1999-2012 – cf. jornal *Negócios*, 14-09-2018.

Remontando ao enigmático texto bíblico do *Apocalipse*, encontramos aí quatro das atribuições da condição humana, cada uma delas associada a um cavaleiro (com a sua cor própria): a Peste, a Guerra, a Fome, a Morte. Todas têm estado presentes ao longo da história da humanidade. Podem ir mudando a roupagem, mas não são erradicados. Por exemplo, a Peste de hoje dá pelos nomes de cancro, sida, alzheimer, depressão...

Em estudo anterior, já tivemos ocasião de refletir sobre a natureza humana, sobretudo a partir do pensamento de Konrad Lorenz³, zoólogo e etólogo austríaco, agraciado com o Nobel da Fisiologia e Medicina, em 1973. Os seus estudos apontam para a agressividade como uma das quatro pulsões fundamentais da natureza humana (a par da alimentação, sexualidade e medo). Tendo estudado e dissertado sobre este tema em várias das suas publicações, é nos seus livros *A Agressão. Uma História Natural do Mal* (1963)⁴ e *Estudos sobre o Comportamento Animal e Humano* (1971)⁵, que mais faz o seu aprofundamento e desenvolvimento – na linha da corrente etologista⁶ –, evidenciando que a agressão é um impulso inato ao próprio homem. No nosso referido estudo procuramos ir no encalço das experiências e raciocínio do autor neste tema.

Aqui, e é isso que nos interessa na presente análise, é ver que a agressão, originalmente, não é uma construção cultural do homem. Aliás, um dos grandes objetivos do etólogo e pensador austríaco é chegar à compreensão de como os impulsos interiores explicam o comportamento, e entre eles estar a agressão como algo inato. Nesse contexto, a Guerra pode ser vista como uma das formas mais dramáticas de expressar essa predisposição “natural” do homem. No entanto, a natureza humana não é estática, mas dinâmica, sujeita a aperfeiçoamentos.

Como pulsão inata, a agressão não é erradicável. Isto é, segundo Lorenz, aquilo que se encontra no ser humano, e que se denomina como “comportamento agressivo”, é instintivo. Então, colocam-se algumas questões: ter-se-á que lhe dar seguimento, tal como à fome e ao desejo de copular? Haverá restrições, pautadas por princípios morais, que se oponham aos conflitos? Se a agressão é, de facto, inata nos seres humanos – como defende Lorenz –, haverá esperança para o futuro da nossa espécie? Os apelos à razão terão efeitos preventivos? Questões, realmente, de resposta difícil. Mas, pensa Lorenz, seria calamitoso eliminar de todo essa pulsão da agressão (se tal fosse possível), pois como elemento da natureza humana, ela também é fonte de muitas das realizações humanas particulares e elevadas, nomeadamente no campo da arte.

O contributo de Sampaio Bruno, neste contexto, no âmbito do pensamento português do século XX, é também de relevante interesse, como veremos no ponto seguinte. A partir da sua leitura da natureza humana, em linha com a de Lorenz, o pensador português entende que a guerra “desenterra” instintos diluídos e anula a liberdade, no seu sentido mais amplo, levando ao regresso da tirania, da sujeição, da obediência cega:

«É bem de ver que uma guerra vitoriosa depende, em alto grau, da concentração, da rigidez, da firmeza da disciplina das tropas combatentes. Uma

³ Cf. Manuel Gama, «Natureza Humana e Conflito», em Ana Gabriela Macedo, Carlos Mendes de Sousa e Vítor Moura (Org.), *Conflito e Trauma*, Húmus, Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho, Braga, 2015, pp. 477-485.

⁴ Segundo um especialista em língua alemã, a tradução mais fiel à letra e ao espírito do título original desta obra seria a seguinte: *O Assim Chamado Mal. Para uma História Natural da Agressão*. O que, de facto, é diferente. Com o título que consta acima, o livro foi editado em Portugal, pela editora Relógio D'Água, Lisboa, em 2001.

⁵ Há a tradução portuguesa com o seguinte título: *Três ensaios sobre o comportamento animal e humano. As lições da evolução da teoria do comportamento*, Arcádia, Lisboa, 1975.

⁶ *Grosso modo*, para os comportamentalistas, as principais características do comportamento humano são aprendidas, enquanto para os etologistas, são inatas.

campanha recorda os instintos apagados da tirania e da sujeição; ela reorganiza a hierarquia e fomenta, em intensíssima escala, o espírito da obediência.⁷»

Ante um qualquer impulso, põe-se à prova a liberdade humana. Perante a pulsão, não tem, necessariamente, de se seguir um ato causal. Contrariamente à condição animal, é em situações mais específicas que se vê a humanidade do ser humano.

3

1. Façamos a passagem para o tema da Guerra e da Paz através dos discursos - os denominados “apelos à razão” - no contexto do pensamento português do século XX. Começamos por Sampaio Bruno (Porto, 1857-1915), um pensador portuense de nível superior. Além de outras reflexões, dedicadas aos temas da paz e da guerra, foi principalmente no seu livro *Portugal e a Guerra das Nações*, editado em 1906, que deixou as considerações mais substanciais.

Embora, do ponto de vista histórico e diplomático, o autor portuense refira que, com o *Portugal na Balança da Europa*, de Almeida Garrett, em 1830, apesar de o assunto ter ficado bem esclarecido, e de ele não se achar à altura do escritor oitocentista, faz as suas reflexões centradas nas condições de interdependência do nosso país com as beligerantes França e Inglaterra, mas também muitos outros países – não só europeus – vêm à liça.

Não nos interessam tanto, neste estudo, considerações estritas do autor, de âmbito histórico, diplomático, geográfico, etc. – que são de grande abundância nas mais de cinco centenas de páginas desta obra, e que é timbre deste pensador -, mas mais as suas ponderações em torno do tema-problema Guerra e Paz.

É ponto importante no seu livro, e está presente como pano de fundo, a ideia da “paz perpétua”, que, como reza a história das ideias, terá a sua génese no abade de Saint-Pierre – difundida no seu *Projeto da paz perpétua*, em 1713 -, e a sua maior projeção associada ao “grande nome” de I. Kant, que colocava como requisito primeiro dessa desejável situação definitiva, que a constituição civil de cada Estado devesse ser republicana⁸. Mas é no espírito do texto do filósofo e jurista francês, que Sampaio Bruno dá mais enfoque prospetivo:

«Em 1713 publicava, em Utrecht, o abade de Saint-Pierre o seu archi-famoso *Projeto da paz perpétua*. Comentando-o, Jean-Jacques Rousseau recorda que a ideia da formação duma liga federativa das nações para decidirem em comum e à boamente os seus litígios respetivos constituiria a trama da alta política do Estado francês, quando fôra do projeto da república cristã, concebido pelo rei Henrique IV e pelo seu ministro Sully.⁹»

Apesar de tudo, o filósofo portuense é lapidar no seu olhar perspicaz sobre o andamento da História, realçando a evidente distância entre a utopia – quase quimera – da paz e a prática da guerra, mesmo se, contra esta, o espírito humano ter vindo a produzir uma vastíssima biblioteca:

«Assim, quando olhamos para traz no evoluir [sic] do pensamento humanitário e fixamos a vista da mente na vasta biblioteca que há elaborado contra a guerra e em desfavor dos exercícios [bélicos] permanentes, um sorriso

⁷ Sampaio Bruno, *Portugal e a Guerra das Nações*, Livraria Chardron, Porto, 1906, p. 82. De agora em diante, as referências a este livro serão feitas pela sigla PGN.

⁸ PGN, p. 16.

⁹ PGN, *Ibidem*.

entristecido de dó pela magnânima quimera dos filósofos nos aflora, estiolado e murcho, como brinde da resignação moral às acres decepções do espírito!¹⁰»

Tal devir, leva Bruno, como qual Poeta, a sentir em si o sentimento comum da humanidade na sua desilusão pelo não alcance da almejada paz:

«Quando se pensa no que se tem escrito, sobre a questão, desde o cândido *padre de Saint-Pierre* até ao turvo antiteísta *Proudhon*, uma ira idealista contra a fatalidade do destino se apossa da inteligência crítica e somos quase que levados na corrente lodosa de uma desesperança irremediável.¹¹»

Ainda a propósito do kantiano *Esboço filosófico dum projeto de paz perpétua*, de 1795, realça também essa reprovável antinomia entre os «soberanos, insaciáveis de guerra» e os «filósofos que se entregam ao belo sonho duma paz perpétua. [...]»; mas, como quer que seja, o avance crescente da civilização geral não teve por efeito eliminar essas chacinas monstruosas que parecem pesadelos de reminiscências de selvajaria febril.¹²»

2. Sampaio Bruno diz expressamente que a civilização e o progresso não se coadunam com a guerra. O esmagamento de qualquer potência seria um mal para a civilização e para o progresso de todos. Daí que veja como necessidade imperiosa que as decisões não possam ficar entregues a “políticos profissionais”. Os pensadores, em geral, os filósofos, em particular, têm de tornar eloquente a sua palavra, e que ela seja atuante, conseqüente. Há, portanto, o desejo da reabertura do caminho de cariz platónico. Ainda que os filósofos não sejam os governantes, que estes deixem aqueles ter a sua intervenção. E, como é conhecida, a velha máxima aconselha a que *primum vivere, deinde philosophare*. Neste seguimento, os políticos deveriam deixar-se orientar pelos filósofos, reconhecidos como pessoas “maduras” em vivências e em sabedoria. E, conclui o filósofo português, esse espírito e essa conduta não podem restringir-se ao local nacionalista – a não ser em casos excepcionais -, pois, remetendo para as palavras de Schiller, na sua *Carta a Koerner*, de 1789, realça que o que está em causa é o Homem na sua civilização e no seu progresso construídos em paz.¹³

Sendo um postulado brunino que civilização e progresso não condizem com guerra – como já anotado -, coloca-se a questão sobre os fatores e as conseqüências de uma ação bélica. Tarefa que não é fácil, como entrevê o nosso autor:

«Até ao longe não é relativamente fácil discriminar com sagaz miudeza os fatores múltiplos e as múltiplas conseqüências prováveis de sucesso tão complexo e determinante como o é uma grande guerra entre Estados caracteristicamente diferenciados, visto como se metem de permeio, perturbando a serenidade do raciocínio imparcial, simpatias e antipatias, preconceitos e prevenções.¹⁴»

Surgindo, pois, a dificuldade em aquilatar os “progressos humanos, efetivos e produtivos”, mesmo que, para tal, se socorra da autoridade do “eminente *Herbert Spencer*”.¹⁵

Neste contexto, podemos tentar sondar o não acontecido, seguindo esta interrogação prospetiva: quão avançada estaria no progresso a humanidade se fatores

¹⁰ PGN, pp. 102-103.

¹¹ PGN, p. 103.

¹² PGN, *Ibidem*.

¹³ Cf. PGN, p. 64.

¹⁴ PGN, p. 125.

¹⁵ Cf. PGN, pp. 125-126.

bélicos não fossem uma constante ao longo da história? Possivelmente, esses desenvolvimentos, tão rápidos no seu avanço, nos últimos setenta anos, em relação a períodos anteriores, tiveram, e continuam a ter, como fator fundamental o incomparável período *contínuo* de paz em que a humanidade, *lato senso*, tem vivido, como é o caso do mundo ocidental no pós-II Guerra Mundial.

No entanto, a disposição do pensamento de Sampaio Bruno, aqui em explanação muito sintética, não é incompatível com a ideia de revolução. Pelo contrário, o nosso pensador vê-lhe fundamento quando os problemas económicos afligem uma qualquer sociedade: «[...] as revoluções derivam, mais ou menos achegadamente, dos males económicos e acabam por os sanar. É essa a sua função, mesmo, e não outra.¹⁶» E nesta sua posição, se o argumento próprio não lhe bastasse, remete, ainda, para a grande obra de Proudhon, *Ideia Geral da Revolução no Século XIX* - que é tomada não como um tomo de polémica, mas como um “sistema de princípios” -, onde o filósofo francês, nas palavras de Bruno, afirma que «[...] impedir uma revolução é ameaçar a Providência, desafiar o inflexível destino e cair no absurdo, pleno e absoluto.¹⁷»

4

Após quase uma centúria, o pensamento português continuou a orientar-se por linhas semelhantes às de Sampaio Bruno: discursos argumentativos em defesa da paz e proeminência da não justificação de qualquer tipo de guerra (pelo menos enquanto país iniciador). Nesse sentido, iremos sondar algumas reflexões de intelectuais portugueses, produzidas no final do século XX, nos planos *jurídico* (Pedro Soares Martínez e Jorge Miranda), *histórico* (Joaquim Veríssimo Serrão), *filosófico-teológico católico* (D. José Policarpo) e *filosófico* (Francisco da Gama Caeiro).

1. *Pedro Soares Martínez* (n. Lisboa, 1925), professor universitário e advogado. Este professor, com vasta obra publicada, nomeadamente na área da filosofia do direito, a partir da sua visão essencialista dos portugueses, defende que na índole lusitana está a «neutralidade portuguesa», que «corresponde à mais ampla, à mais completa, expressão, do sentir, dos propósitos, dos ideais, da comunidade nacional.¹⁸» Sendo ainda mais perentório na sua leitura da portugalidade, pois, ao auscultar mais fundo na idiosincrasia portuguesa, afirma: «Suponho que nenhum povo como o português sabe amar a paz e detestar a guerra.¹⁹» Embora deixe esclarecido que não se trata de uma posição de pacifismo, pois o português só depois de esgotados todos os meios pacíficos tende a recorrer à força.

A sua posição, realça o próprio, não é fruto de uma leitura circunstancial dos tempos presentes, mas fundamenta-a em eras remotas – com vários elementos históricos a ilustrar a sua tese -, com especial incidência a partir do século XVI. Não deixa, no entanto, de admitir que a guerra da Restauração constituiu uma falha na continuidade relativamente ao ideal português de neutralidade.²⁰ No entanto – contestamos nós -, os treze anos de Guerra Colonial nem sequer são trazidos à liça.

¹⁶ PGN, pp. 340-341.

¹⁷ PGN, p. 343.

¹⁸ Pedro Soares Martínez, «A Neutralidade Portuguesa desde o Século XVI», em AAVV., *Colóquio sobre Portugal e a Paz*, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 81.

¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 81

²⁰ *Cf. Idem, Ibidem*, pp. 83-87.

2. Joaquim Veríssimo Serrão (n. Santarém, 1925), professor universitário e historiador. Este professor e historiador renomado fez o comentário ao estudo apresentado por Pedro Soares Martínez, mostrando consonância de ideias em relação ao ponto central daquela intervenção, nestes termos:

«Todavia, encarando o problema numa visão englobante [...] não custa reconhecer que Portugal sempre prezou os valores da neutralidade. Nunca acirrámos conflitos a que nos sentíssemos alheios, muitas vezes assumindo uma posição de equidistância nos diferendos de blocos opostos. A nossa história em relação à Europa foi sempre a de defesa e jamais de ataque.²¹»

No entanto, aquela concordância tem uma ressalva substancial, pois, segundo o seu pensamento, se é verdade que nos sentimos «com frequência neutros, por fazer parte do humanismo português a tendência para aproximar os contrários, quando destes se espera o respeito pelos legítimos direitos dos outros»²², igualmente lhe parece evidente, – aqui em matiz diverso do do Autor comentado –, que Portugal «Procurou ser neutro quando podia atacar, mas nunca o foi quando se impunha defender.» Isto é, aclarou o historiador e autor de extensa e exaustiva *História de Portugal* nestes termos:

«Creio que fomos sempre ou, pelo menos, buscámos ser um Estado cioso de respeitar os direitos dos outros, desde que idêntica atitude fosse tomada para conosco. A história portuguesa está cheia de exemplos de como foi de concórdia e de respeito o nosso relacionamento com as outras nações, nos valores do convívio que Portugal espalhou na Europa e nos outros continentes.²³»

3. Jorge Miranda (n. Braga, 1941), professor universitário e jurista. Faz os seus considerandos pondo em relação Paz e Direitos do Homem. A partir daí, orienta a sua análise em vários tópicos reflexivos, percorrendo períodos marcantes ao longo da História. As suas conclusões convergem para um binómio inseparável de valores: paz e liberdade.

Por um lado, realça a necessidade do “cuidado” em relação à paz – é imperioso “cuidar” da paz –, pois ela não é um dado adquirido, definitivamente, mesmo em sociedades marcadas pela liberdade: «Pode levar-se um pouco mais longe a análise, notando que nem sequer com regimes de liberdade política – aqueles que equivalem à fase mais avançada de garantia dos direitos do homem – a paz fica automaticamente assegurada.²⁴»

Por outro lado, relativamente ao valor e à vivência da paz, há situações e situações. Sociedades onde a paz não esteja repassada pela liberdade ou que a liberdade não esteja embebida pela paz, na sua substância, não são sociedades saudáveis. E a situação salutar, defende o Professor, depende dos valores íntimos dos homens concretos:

«Paz sem liberdade não é autêntica paz; liberdade sem paz não pode subsistir; paz como não-violência e paz como ordem de liberdade postulam-se reciprocamente. Mas, em último termo, a paz nas sociedades, em qualquer

²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, «Comentário à comunicação do Prof. Doutor Pedro Soares Martínez», em AAVV., *Colóquio sobre Portugal e a Paz*, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1989, pp. 98-99.

²² *Idem, Ibidem*, p. 99.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 101.

²⁴ Jorge Miranda, «Os Direitos do Homem e a Paz» em AAVV., *Colóquio sobre Portugal e a Paz*, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 118.

sociedade, depende da paz no íntimo dos homens concretos que as constituem e nos grupos mais imediatos a que pertencem.²⁵»

4. D. José Policarpo (n. Caldas da Rainha, 1936-2014), professor universitário e cardeal da Igreja católica. Encaminhou as suas reflexões – subordinadas ao título de *Uma Ordem Ética para a Paz* – vincando a interdependência entre a paz e a ética. Nesse sentido, o Autor condensa o seu pensamento neste assunto, em prospetiva antropológica, sob uma espécie de axioma: «O projeto da paz coincide e identifica-se com a caminhada e com o projeto da humanidade.²⁶» Então, e em consonância, acrescenta: «A perda da paz significa sempre o desvio do homem [...] da sua vocação fundamental.»

Em vista daquele desiderato, D. José Policarpo aponta o caminho: «Um projeto ético para a paz, começa, hoje, numa leitura, carregada de esperança e de confiança no homem, dos “sinais dos tempos” [...].²⁷» Há nas suas palavras uma dupla dimensão: a confiança e a esperança na humanidade do homem e a perscrutação dos “sinais dos tempos”. Sobre estes, o pensador abre pistas para a sua auscultação:

Aos seus olhos, em primeiro lugar, ressalta, nos tempos mais presentes, «uma cada vez mais generalizada consciência coletiva de paz», vivendo-se num espírito diferente do de outras épocas, em que se sentia pairar um espírito coletivo de guerra, que estimulava os chefes para esse cenário.²⁸ Hoje, em horizonte bastante diverso, parece existir mesmo aquilo que o Autor anota como uma nova *consciência da unidade e da solidariedade do género humana*.²⁹

Depois, é também realçado que há uma «consciência crescente de que a *paz é um fenómeno cultural de síntese e de harmonia*.» A paz tem, pois, a ver com uma série de valores universais – uma “nova” ordem axiológica - como o respeito pelo outro na sua dignidade e direitos fundamentais, a importância pelas dimensões económica e social, a tolerância cultural e religiosa, o respeito pela natureza (que é, também, um fator de paz).³⁰

Finalmente, o pensador, em horizonte filosófico-teológico-cristão, alerta para a necessidade de se apurarem as causas profundas da violência, para o que ele dá o seu contributo numa tríplice dimensão.³¹ Por um lado, aponta para a tentação totalitária dos sistemas ideológicos. Por outro, constata e realça a tensão entre países ricos e países pobres - ideia a que nós acrescentamos a expressão “tensão crescente” (de acuidade tão gritante) e ampliaríamos essa tensão para o nível das pessoas (diferença crescente entre as pessoas ricas e as pessoas pobres). Finalmente, D. José Policarpo é lapidar na sua síntese – de algum modo em consonância com uma ideia central do pensamento de Jorge Miranda -, afirmando: «Em última análise, as causas profundas da injustiça, da violência e da guerra estão no coração do homem.³²» Isto é, não é a espada ou o míssil que matam, mas o próprio homem é que é lobo do homem – em horizonte hobbesiano.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 119.

²⁶ D. José Policarpo, «Uma Ordem Ética para a Paz», em AAVV., Colóquio sobre Portugal e a Paz, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 182.

²⁷ *Idem, Ibidem*.

²⁸ *Cf. Idem, Ibidem*, p. 183.

²⁹ *Cf. Idem, Ibidem*, p. 184.

³⁰ *Cf. Idem, Ibidem*, p. 185.

³¹ *Cf. Idem, Ibidem*, pp. 187-189.

³² *Idem, Ibidem*, p. 188.

5. *Francisco da Gama Caeiro* (n. Lisboa, 1928-1994), professor universitário de Filosofia e ensaísta, estabeleceu as suas reflexões a partir das suscitações provocadas pelas ideias de D. José Policarpo, quer em atitude hermenêutica, quer em espírito mais criativo. Este antigo professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e exímio conhecedor do pensamento de Santo António de Lisboa, chama a atenção para a substância do estudo de D. José Policarpo, que vê condensada no próprio título e que ele próprio traduz nesta máxima: *não a ética em função da paz, mas sim a paz em função da ética*. Com esta visão, entende o pensador que se *humaniza* a questão da paz, trazendo-a para o mundo do realizável e deixando de vê-la como algo acima das forças humanas.³³

A correlação entre paz e ética torna aquela mais *positiva*, impulsionando o homem a orientar as suas energias, não para a luta, mas para algo incomparavelmente melhor, para um mundo em convivência afetuosa. Assim, em vez de confrontar inimigos, agirá em ambiência fraternal.

Finalmente, este professor e ensaísta não deixa de fazer outras considerações de carácter antropológico a partir das ideias expostas por D. José Policarpo. Realça, sobretudo, a *desfuncionalização* [sic] do homem, tanto da causa da paz – ele não vive para estabelecer a paz – como da sua condição de “guerreiro”, que está (ou estava) de um dos lados da contenda. Deste modo, a paz ganha outra leitura, não sendo jamais o resultado de um “equilíbrio” de forças, mas a expressão da humanidade do Homem, vista como o núcleo do núcleo da ética, cuja conceção, no caso presente, o Autor remete para a dimensão do Transcendente:

«Salientando agora o essencial, com vista a uma conclusão: é esta ética referida ao Transcendente que contribui decisivamente para alterar o sentido da paz, a qual não pode ficar-se por um simples bem-estar, como sucede no ideal político.³⁴»

Neste contexto, evoca a sua oposição àqueles filósofos para quem Deus é um inimigo a abater, orientação que encontra, de uma maneira mais vincada, sobretudo no pensamento contemporâneo, desde Nietzsche até Sartre.

Tópico conclusivo:

Como conclusão geral, podemos sintetizar que a linha de fundo do pensamento português – que aqui restringimos a alguns pensadores, e suas ideias publicadas, do século XX – está embebida pelo filosofema de que o Homem é um ser em construção na busca do seu *ethos*, que tem no seu âmago a paz. Portanto, a “paz perpétua” será, afinal, atingir o núcleo do estado natural do Homem, mas enquanto não se chega a essa situação, a paz, ainda que periclitante, é o caminho “certo” para fazer esse percurso; logo, a guerra - embora venha sendo um recurso frequente ao longo da história -, é (quase) sempre uma via “errada”.

BIBLIOGRAFIA

Bruno, Sampaio. (1906). *Portugal e a Guerra das Nações*. Porto: Livraria Chardron,

Caeiro, Francisco da Gama. (1989). Comentário. In Barbosa, A., et al. *Colóquio sobre Portugal e a Paz*. Lisboa: Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 197-199.

³³ Cf. Francisco da Gama Caeiro, «Comentário», in Barbosa, A., *Colóquio sobre Portugal e a Paz*, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1989, pp. 197-199.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 199.

- Gama, Manuel. (2015). Natureza Humana e Conflito. in Macedo, A. G., Sousa, C. M. de e Moura, V. (Org.). *Conflito e Trauma*. Braga: Húmus, Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho. 477-485.
- Lorenz, Konrad. (1963). *A Agressão. Uma História Natural do Mal*. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.
- Lorenz, Konrad (1971). *Três ensaios sobre o comportamento animal e humano. As lições da evolução da teoria do comportamento*. Lisboa: Arcádia. 1975.
- Martínez, Pedro Soares. (1989). A Neutralidade Portuguesa desde o Século XVI. In Barbosa, A., et al. *Colóquio sobre Portugal e a Paz*. Lisboa: Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 81-96.
- Miranda, Jorge. (1989). Os Direitos do Homem e a Paz. In Barbosa, A., et al. *Colóquio sobre Portugal e a Paz*. Lisboa: Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 103-120.
- Policarpo, D. José. (1989). Uma Ordem Ética para a Paz. In Barbosa, A., et al. *Colóquio sobre Portugal e a Paz*. Lisboa: Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 181-196.
- Rodrigues, Fernando Carvalho, em jornal *Negócios*, 14-09-2018.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. (1989). Comentário à comunicação do Prof. Doutor Pedro Soares Martínez. In Barbosa, A., et al. *Colóquio sobre Portugal e a Paz*. Lisboa: Publicação do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 97-101.